



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
Concurso Público para Provimento de Cargos Vagos de
Técnico Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'I09', Tipo 003

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-003

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Hans Kelsen foi um filósofo do direito, professor, jurista e escritor austro-americano sobre direito internacional.

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 60 questões numeradas de 1 a 60 e se contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar, nem qualquer espécie de aparelho eletrônico.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, no espaço apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, leia a crônica de Rachel de Queiroz.

Uma simples folha de papel... Ontem, num programa de TV, discutíamos entre escritores e jornalistas o drama do papel em branco na máquina e, diante dele, o pobre de nós que espreme o juízo até produzir qualquer coisa que encha as laudas necessárias e possa ir para a impressão. Acho que essa angústia existe desde que o primeiro escriba de cuneiforme, na Mesopotâmia, ficava aflito por uma ideia a gravar no tijolinho fresco, e depressa, antes que o barro secasse. Ou o emissário real, no Egito, diante do papiro virgem, rabiscando tentativamente um começo de hieróglifo sem saber o que contar na mensagem para o Faraó.

O curioso é que nem sempre, desse esforço de última hora, sai um resultado pífilo. Às vezes, depois de minutos e minutos de indecisão e bloqueio, brota de repente uma ideia que é um clarão, o escriba bate freneticamente na máquina, tentando forçar os dedos a uma marcha mais veloz que a dos miolos; e em pouco ele entrega à oficina a sua melhor matéria do mês. Quando esse branco se dá na produção de livro, não tem tanta importância. O romance espera, o conto espera. E o poema só nasce na hora que quer. O jornal – que vive à custa do cotidiano e é voraz por fatos atuais e comentários sobre esses fatos, mal se consolando com projeções sobre o futuro ou meditações sobre o passado –, o jornal é que é o grande tirano. Ele é como um alto forno de usina siderúrgica que não pode se apagar nunca e exige, dia e noite, combustível, minério, e a atenção infatigável dos seus alimentadores e manobreiros.

Aliás, para fazer justiça, não é propriamente o jornal o nosso tirano. O déspota implacável é mesmo o público, de quem o jornal é apenas o humilde, solícito, serviçal. O público é quem dá sentença de vida e morte, o público é quem boceja ou aplaude. Ele é quem recorta com amor o tópico feliz, ele quem amarra a folha enfadonha a caminho da cesta. Nessa trêmula serventia vivemos todos os que dependemos da fera, e por isso a bajulamos, hesitamos num fraseado, trocamos um verbo mais incisivo por outro mais ameno, polvilhamos com um sal de malícia qualquer flagrante inocente, descobrimos interpretações sutis ou sibilinas para o que seria apenas massudo e incolor, sem o nosso intempestivo inuendo. Mas quanto equilíbrio e cuidados são necessários para não transpor o frágil limite da verdade dos fatos e não cair no perigoso terreno da invenção! Às vezes, basta insinuar que o figurão sorriu antes da sua resposta e se derruba todo um laborioso esforço de credibilidade, em hora de crise política.

(Adaptado de: RACHEL de Queiroz, 1990)

1. O adjetivo sublinhado está corretamente traduzido pelo que se encontra entre parênteses em:
 - (A) *interpretações sutis ou sibilinas* (precisas)
 - (B) *um resultado pífilo* (grandioso)
 - (C) *a folha enfadonha* (monótona)
 - (D) *atenção infatigável* (cansativa)
 - (E) *um verbo mais incisivo* (ambíguo)
2. O trecho em que a cronista indica que os escritores se submetem ao julgamento do público está em:
 - (A) *o frágil limite da verdade.*
 - (B) *Nessa trêmula serventia.*
 - (C) *perigoso terreno da invenção.*
 - (D) *bate freneticamente na máquina.*
 - (E) *E o poema só nasce na hora que quer.*
3. Sem que nenhuma outra alteração seja feita e sem prejuízo para a correção gramatical, o trecho que pode ser removido da frase está sublinhado em:
 - (A) *o jornal é que é o grande tirano*
 - (B) *vivemos todos os que dependemos da fera*
 - (C) *Ontem, num programa de TV, discutíamos*
 - (D) *brota de repente uma ideia que é um clarão*
 - (E) *Quando esse branco se dá na produção de livro*
4. O verbo empregado em sentido conotativo está no trecho:
 - (A) *o pobre de nós que espreme o juízo*
 - (B) *ele entrega à oficina a sua melhor matéria do mês*
 - (C) *discutíamos entre escritores e jornalistas o drama do papel em branco na máquina*
 - (D) *o figurão sorriu antes da sua resposta*
 - (E) *antes que o barro secasse*
5. Omite-se uma palavra que se subentende pelo contexto em:
 - (A) *um alto forno de usina siderúrgica*
 - (B) *o drama do papel em branco na máquina*
 - (C) *Uma simples folha de papel*
 - (D) *uma marcha mais veloz que a dos miolos*
 - (E) *O romance espera*



6. desde que o primeiro escreva de cuneiforme, na Mesopotâmia, ficava aflito por uma ideia (1º parágrafo)

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o da frase acima está em:

- (A) o figurão sorriu antes da sua resposta
- (B) ele quem amarrotou a folha enfadonha a caminho da cesta.
- (C) interpretações sutis ou sibilinas para o que seria apenas massudo e incolor
- (D) qualquer coisa que encha as laudas necessárias
- (E) discutíamos entre escritores e jornalistas o drama do papel em branco na máquina

7. Mas quanto equilíbrio e cuidados são necessários para não transpor o frágil limite da verdade dos fatos

No contexto em que se encontra, o elemento sublinhado expressa ideia de

- (A) causa.
- (B) concessão.
- (C) condição.
- (D) oposição.
- (E) finalidade.

8. Um termo usado pela cronista para se referir ao “público” é:

- (A) *fera* (3º parágrafo)
- (B) *inuendo* (3º parágrafo)
- (C) *emissário* (1º parágrafo)
- (D) *clarão* (2º parágrafo)
- (E) *usina* (2º parágrafo)

Atenção: Para responder às questões de números 9 e 10, leia o poema “Vela” de Sophia de Mello Andresen.

<i>Em redor da luz</i>	<i>Em redor da chama</i>
<i>A casa sai da sombra</i>	<i>Que a menor brisa doma</i>
<i>Intensamente atenta</i>	<i>E que um suspiro apaga</i>
<i>Levemente espantada</i>	<i>A casa fica muda</i>
 <i>Em redor da luz</i>	 <i>Enquanto a noite antiga</i>
<i>A casa se concentra</i>	<i>Imensa e exterior</i>
<i>Numa espera densa</i>	<i>Tece seus prodígios</i>
<i>E quase silabada</i>	<i>E ordena seus milênios</i>
	<i>De espaço e de silêncio</i>
	<i>De treva e de esplendor</i>

9. No contexto da terceira estrofe, a “chama” pode ser descrita como

- (A) vigorosa.
- (B) eterna.
- (C) frágil.
- (D) silenciosa.
- (E) impaciente.

10. Nos versos *A casa sai da sombra / Intensamente atenta* (1º estrofe) observa-se a figura de linguagem conhecida como

- (A) gradação.
- (B) personificação.
- (C) antítese.
- (D) pleonismo.
- (E) eufemismo.

Raciocínio Lógico-Matemático

11. Abel, Bruno, Carlos e Diego foram, com suas esposas, jantar. No restaurante, sentaram-se em uma mesa redonda, de forma que nenhuma mulher se sentou ao lado do seu marido; Diego sentou-se em frente a Bruno, Carlos sentou-se à esquerda da esposa de Bruno, duas mulheres não se sentaram juntas. A pessoa que se sentou entre Bruno e Abel foi

- (A) Carlos.
- (B) Diego.
- (C) a esposa de Abel.
- (D) a esposa de Bruno.
- (E) a esposa de Diego.



12. O lucro mensal de uma microempresa ao longo do primeiro semestre de um ano encontra-se na tabela.

Mês	Lucro (R\$)
Janeiro	10.000,00
Fevereiro	15.000,00
Março	12.000,00
Abril	18.000,00
Maior	20.000,00
Junho	15.000,00

O desvio médio do lucro nesse semestre foi de, aproximadamente,

- (A) R\$ 2.666,67.
(B) R\$ 3.366,50.
(C) R\$ 4.000,00.
(D) R\$ 4.367,67.
(E) R\$ 3.666,67.
13. Em uma prova, para cada questão respondida corretamente, o estudante recebe 3 pontos e para cada questão errada ele perde 2 pontos. Após responder a 26 questões, um estudante acumulou 38 pontos. O algarismo das unidades do número de questões corretas respondidas por esse estudante é
- (A) 5.
(B) 9.
(C) 6.
(D) 7.
(E) 8.
14. Laura e Mônica partem de um mesmo ponto. Laura caminha 100 m em direção ao Sul, 200 m em direção ao Oeste, 300 m em direção ao Norte e 400 m em direção ao Leste. Mônica caminha 100 m em direção ao Oeste, 200 m em direção ao Sul, 400 m em direção ao Leste e 400 m em direção ao Norte.



Ao final das caminhadas, a distância que separa Laura de Mônica é

- (A) 75 m.
(B) 50 m.
(C) 25 m.
(D) 100 m.
(E) 150 m.
15. Para homenagear a primeira viagem tripulada a Marte, uma agência espacial decidiu criar uma estátua de um astronauta usando uma impressora 3D de alta precisão. A razão entre o tamanho do capacete da estátua e o tamanho real do capacete de um astronauta é de 10:3. Sabendo que um astronauta real, vestindo o traje completo, tem 195 cm de altura, a altura total da estátua para que todo o corpo mantenha a mesma razão deve ser, em metros, de
- (A) 7,50.
(B) 6,50.
(C) 4,50.
(D) 5,55.
(E) 3,55.

**Noções Sobre Direitos das Pessoas com Deficiência**

16. Sobre a Lei nº 13.146/2015, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência,
- (A) a deficiência, em regra, afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para exercer direitos sexuais e reprodutivos.
 - (B) a pessoa com deficiência não poderá ser obrigada a se submeter a institucionalização forçada, mas o seu consentimento em situação de curatela poderá ser suprido, na forma da lei.
 - (C) o símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas é representado por uma orelha estilizada cortada por faixa diagonal.
 - (D) as operadoras de planos e seguros privados de saúde são obrigadas a garantir à pessoa com deficiência, no mínimo, todos os serviços e produtos ofertados aos demais clientes, mas poderão cobrar valores diferenciados em razão dessa condição.
 - (E) a pessoa com deficiência e o seu acompanhante terão direito ao recebimento de atendimento prioritário com a finalidade de tramitação de procedimentos judiciais em que forem parte ou interessados, em todos os atos e diligências.
-
17. Ricardo, deficiente físico, portador de paraplegia, resolve ir a um restaurante situado em um pequeno Shopping na cidade de Fortaleza com seus familiares, e para tanto ingressa no estacionamento privado local, aberto ao público e de uso coletivo, com um veículo devidamente identificado, e não encontra vaga sinalizada e específica para estacionar, acionando um segurança e o gerente geral do estabelecimento de compras, questionando o efetivo cumprimento do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Neste caso, o shopping estará cumprindo o que estabelece a Lei nº 13.146/2015 se reservar vagas próximas aos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas e com as especificações de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes de acessibilidade, para veículos que transportem pessoas com deficiência com comprometimento de mobilidade, desde que devidamente identificados, equivalentes a
- (A) 1% do total de vagas, garantida, no mínimo, 1 vaga.
 - (B) 3% do total de vagas, garantidas, no mínimo, 2 vagas.
 - (C) 2% do total de vagas, garantida, no mínimo, 1 vaga.
 - (D) 4% do total de vagas, garantidas, no mínimo, 2 vagas.
 - (E) 2% do total de vagas, garantidas, no mínimo, 2 vagas.
-
18. Melina é Diretora de uma escola privada situada na cidade de Juazeiro do Norte-CE e no final do ano de 2025 ela é procurada pelos pais da adolescente Raissa, de 13 anos de idade, portadora de deficiência visual, que pretendem matricular a filha na referida escola. Melina recusa a inscrição da estudante em razão de sua deficiência. Os genitores, inconformados, procuram o Ministério Público local para relatar os fatos. Nos termos preconizados pela Lei nº 7.853/1989, com base apenas nas informações fornecidas, Melina
- (A) cometeu crime punível com reclusão de 1 a 4 anos e multa, com aumento de 1/3 em razão de ter sido cometido contra pessoa com deficiência menor de 18 anos.
 - (B) cometeu crime punível com reclusão de 2 a 5 anos e multa, sem qualquer majoração.
 - (C) não cometeu crime e a escola estará sujeita à pena de multa, além de possíveis sanções na seara cível.
 - (D) cometeu crime punível com reclusão de 2 a 5 anos e multa, com aumento de 1/3 em razão de ter sido cometido contra pessoa com deficiência menor de 18 anos.
 - (E) cometeu crime punível com reclusão de 1 a 4 anos e multa, sem qualquer majoração.

Legislação

19. Jorley e Mariela, servidores públicos do Estado do Ceará, irão se casar no mês de Novembro deste ano de 2026. Os noivos organizam o casamento religioso com efeito civil em uma única cerimônia, marcada para o dia 07 de Novembro (sábado), às 18h00. Nos termos preconizados pela Lei Estadual nº 9.826/1974 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Ceará), Jorley e Mariela terão o direito de se afastar do exercício funcional pelo casamento, de acordo com o disposto em Regulamento, até o máximo de
- (A) 08 dias, com prejuízo dos vencimentos.
 - (B) 10 dias, com prejuízo dos vencimentos.
 - (C) 10 dias, sem prejuízo dos vencimentos.
 - (D) 05 dias, sem prejuízo dos vencimentos.
 - (E) 08 dias, sem prejuízo dos vencimentos.
-
20. A cidade e comarca "X", que conta com 28.000 habitantes, de entrância inicial, assim classificada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, através de seu Prefeito e do Presidente da Câmara Municipal, durante reunião realizada na sede do TJCE, postulam ao Desembargador Presidente a elevação da comarca de entrância inicial para entrância intermediária. Neste caso, cumpridos os demais requisitos legais, em conformidade com a Lei de Organização Judiciária do Estado do Ceará, a cidade e comarca "X" deverá atingir a população mínima de
- (A) 30.000 habitantes.
 - (B) 60.000 habitantes.
 - (C) 40.000 habitantes.
 - (D) 50.000 habitantes.
 - (E) 35.000 habitantes.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

Atenção: As questões de números 21 a 28 devem ser respondidas com base na Constituição Federal de 1988.

21. Mike, brasileiro naturalizado, é acusado de, aqui no Brasil, atentar contra a ordem constitucional e o Estado Democrático. Narcisa, brasileira nata, possui também a nacionalidade alemã e deseja renunciar à nacionalidade brasileira. Considerando apenas as informações fornecidas, nessas situações, Mike
- (A) não terá declarada a perda da nacionalidade brasileira, pois somente a perderia em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização. Narcisa perderá a nacionalidade brasileira, independentemente de pedido nesse sentido, pois adquiriu a nacionalidade alemã.
 - (B) terá declarada a perda da nacionalidade brasileira se tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de ter cometido o atentado de que é acusado. Narcisa perderá a nacionalidade brasileira, independentemente de pedido nesse sentido, pois adquiriu a nacionalidade alemã.
 - (C) terá declarada a perda da nacionalidade brasileira se tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de ter cometido o atentado de que é acusado. Narcisa não poderá ter declarada a perda da nacionalidade brasileira, ainda que faça pedido expresso nesse sentido, pois é brasileira nata.
 - (D) e Narcisa não terão declaradas as perdas das nacionalidades brasileiras respectivas, pois são brasileiros e a nacionalidade brasileira não pode ser perdida ou renunciada.
 - (E) terá declarada a perda da nacionalidade brasileira se tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de ter cometido o atentado de que é acusado. Narcisa terá declarada a perda da nacionalidade brasileira se fizer pedido expresso nesse sentido perante autoridade brasileira competente.
22. Suponha que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil queira propor ação direta de inconstitucionalidade de lei estadual. Nessa situação, considerando apenas as informações fornecidas, essa ação
- (A) será processada e julgada originariamente pelo Superior Tribunal de Justiça e a decisão definitiva de mérito por ele proferida produzirá eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
 - (B) não pode ser proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, pois ele não consta no rol taxativo de legitimados previsto na Constituição Federal.
 - (C) será processada e julgada originariamente pelo Supremo Tribunal Federal e a decisão definitiva de mérito por ele proferida produzirá eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
 - (D) não poderá ser proposta, pois não é cabível ação direta de inconstitucionalidade de lei estadual, mas apenas de lei federal, conforme expressa disposição constitucional.
 - (E) será processada e julgada originariamente pelo Supremo Tribunal Federal e a decisão definitiva de mérito por ele proferida produzirá eficácia contra todos e efeito vinculante, exclusivamente com relação aos demais órgãos do Poder Judiciário.
23. Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos,
- (A) qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
 - (B) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, mas a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens podem ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, sem qualquer limitação.
 - (C) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será sempre regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, independentemente do quanto previsto na lei pessoal do *de cuius*.
 - (D) a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.
 - (E) nenhum brasileiro será extraditado, nem o nato nem o naturalizado, por expressa vedação prevista na Constituição Federal, podendo ser concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
24. Cleiton foi demitido sem justa causa da empresa privada em que trabalhava e quer propor ação para pleitear créditos resultantes dessa relação de trabalho. Com base apenas nas informações fornecidas, nessa situação, Cleiton,
- (A) seja trabalhador urbano ou rural, poderá propor referida ação quando lhe convier, pois a pretensão sobre qualquer crédito trabalhista não prescreve.
 - (B) apenas se for trabalhador urbano, poderá propor referida ação, com prazo prescricional de três anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
 - (C) seja trabalhador urbano ou rural, poderá propor referida ação, com prazo prescricional de três anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
 - (D) apenas se for trabalhador urbano, poderá propor referida ação, com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
 - (E) seja trabalhador urbano ou rural, poderá propor referida ação, com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.



25. Com relação ao Ministério Público, considere:

- I. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- II. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- III. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre cidadãos, integrantes ou não da carreira, maiores de trinta anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II, apenas.

26. Vitória, brasileira nata, tem 32 anos de idade feitos neste mês, é engenheira e deseja se candidatar à Presidência da República nas eleições de 2026. Beatriz, brasileira nata, sua filha de 15 anos de idade também feitos no corrente mês, orgulha-se em dizer que votará em sua mãe. As duas ficaram sabendo que o professor de Beatriz, Nestor, brasileiro naturalizado, 40 anos de idade, também deseja se candidatar à Presidência da República nas mesmas eleições. Supondo que há prazo para escolher e registrar os candidatos e também para realizar o alistamento eleitoral, com base apenas nas informações fornecidas, nessas situações, Vitória

- (A) e Nestor não poderão se candidatar ao cargo que desejam. Para Beatriz o alistamento eleitoral e o voto são proibidos.
- (B) poderá se candidatar ao cargo que deseja, mas Nestor não poderá se candidatar à Presidência da República. Para Beatriz o alistamento eleitoral e o voto são facultativos.
- (C) e Nestor poderão se candidatar ao cargo que desejam. Para Beatriz o alistamento eleitoral e o voto são proibidos.
- (D) e Nestor não poderão se candidatar ao cargo que desejam. Para Beatriz o alistamento eleitoral e o voto são facultativos.
- (E) poderá se candidatar ao cargo que deseja, mas Nestor não poderá se candidatar à Presidência da República. Para Beatriz o alistamento eleitoral e o voto são proibidos.

27. Considere que, nas eleições para a Câmara dos Deputados de 2030, o Partido Político

- I. Alpha obtenha 3% dos votos válidos, distribuídos em um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada uma delas, elegendo 13 Deputados Federais.
- II. Beta obtenha 1% dos votos válidos, distribuídos em um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 1% dos votos válidos em cada uma delas, elegendo 15 Deputados Federais distribuídos em um terço das unidades da Federação.
- III. Gama obtenha 3% dos votos válidos, distribuídos em um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada uma delas, elegendo 15 Deputados Federais distribuídos em um terço das unidades da Federação.

Terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, o(s) partido(s) político(s) constante(s) em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

28. A edição de medida provisória sobre a organização do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros é

- (A) permitida e, aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.
- (B) vedada, assim como, dentre outras matérias, aquelas relativas ao direito penal, processual penal, civil, processual civil e a que implique na instituição de impostos.
- (C) vedada, assim como, dentre outras matérias, aquelas relativas à nacionalidade e cidadania.
- (D) permitida, devendo o Presidente da República submetê-la de imediato ao Congresso Nacional.
- (E) permitida, mas perderá eficácia, desde a edição, se não for convertida em lei no prazo de sessenta dias.

**Noções de Direito Administrativo**

29. No que se refere às contratações diretas realizadas pelo Poder público, é INCORRETO afirmar que
- (A) nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem, é dispensável a licitação.
 - (B) compreendem os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação.
 - (C) dispensa-se a apresentação de estimativa de despesa e de justificativa do preço.
 - (D) se realizadas indevidamente, com erro grosseiro, implicam a responsabilização solidária do contratado e do agente público responsável pelos danos ao erário.
 - (E) a contratação de profissional do setor artístico consagrado pela opinião pública enquadra-se em hipótese de inexigibilidade de licitação.
-
30. Considerando-se as disposições legais e constitucionais aplicáveis em matéria envolvendo o direito de acesso à informação:
- (A) cabe aos órgãos e entidades do poder público assegurar a proteção da informação, garantindo-se o seu sigilo, indisponibilidade e integridade.
 - (B) viola o direito fundamental de acesso à informação negar ou restringir o acesso a quaisquer informações de interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, devendo estas ser prestadas pelos órgãos públicos no prazo da lei.
 - (C) as disposições da Lei nº 12.257/2011 aplicam-se exclusivamente aos órgãos e entidades da administração pública, no âmbito dos três Poderes, do Ministério Público e em todas as esferas federativas.
 - (D) a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção é diretriz à qual estão sujeitos os procedimentos de acesso à informação.
 - (E) a divulgação de informações de interesse público fica condicionada a solicitação prévia e por escrito.
-
31. Quanto à disciplina da proteção de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709/2018,
- (A) o tratamento de dados pessoais tornados manifestamente públicos pelo seu titular não dispensa a exigência do seu consentimento.
 - (B) o dado pessoal referente à saúde ou à vida sexual vinculado a uma pessoa natural é considerado dado pessoal sensível.
 - (C) o dado relativo a titular que não possa ser identificado pelos meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião do seu tratamento denomina-se dado oculto.
 - (D) a pessoa a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais é denominada operador.
 - (E) o consentimento do titular para tratamento de seus dados pessoais poderá ser, como regra, verbal, admitindo-se o consentimento tácito, que se perfaz mediante a ausência de recusa expressa do titular ao tratamento de dados pessoais perante a autoridade responsável.
-
32. Uma organização da sociedade civil dedicada à proteção da infância e adolescência elabora plano de trabalho relativo ao "Programa *Bullying* Zero", visando à promoção da cultura de diálogo e comunicação não-violenta em ambientes frequentados por esse público. Para obter recursos para desenvolvimento do programa, encaminha o plano de trabalho para a Prefeitura local, com a proposta de celebração de ajuste baseado na Lei nº 13.019/2014. Caso celebrado, o ajuste será formalizado como
- (A) termo de colaboração.
 - (B) acordo de cooperação.
 - (C) protocolo de intenções.
 - (D) plano de trabalho.
 - (E) termo de fomento.
-
33. A delegação da prestação de serviço público pelo poder concedente por meio de contrato de concessão – comum, patrocinada ou administrativa – será precedida de licitação, na(s) modalidade(s)
- (A) diálogo competitivo ou concurso.
 - (B) concorrência, apenas.
 - (C) diálogo competitivo, apenas.
 - (D) concurso ou concorrência.
 - (E) concorrência ou diálogo competitivo.



34. Ao lugar dentro da organização funcional de uma Administração pública direta, autárquica ou fundacional, ocupado por servidor público e para o qual são fixados em lei ou diploma equivalente a remuneração e o conjunto de atribuições e responsabilidades, chamamos de
- (A) carreira pública.
 - (B) função pública.
 - (C) emprego público.
 - (D) serviço público.
 - (E) cargo público.
-
35. Acerca do sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa, pautado na Lei nº 8.429/1992,
- (A) os sócios, cotistas, diretores e colaboradores de pessoa jurídica de direito privado respondem solidária e objetivamente pelo ato de improbidade que venha a ser imputado a esta.
 - (B) o exercício da função ou o desempenho de competências públicas pelo agente público que, ainda que sem dolo, guarde nexos causal com o dano comprovadamente ocorrido ao erário público implica a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
 - (C) consideram-se atos de improbidade, estando sujeitos às sanções da Lei nº 8.429/1992, aqueles praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais.
 - (D) considera-se agente público, para os efeitos da Lei nº 8.429/1992, o servidor público ocupante de cargo efetivo e todo aquele que exerça qualquer outra forma de investidura ou vínculo com o Poder Público, desde que em caráter remunerado e não transitório.
 - (E) aplicam-se as sanções previstas na Lei nº 8.429/1992 à pessoa jurídica, ainda que o ato de improbidade administrativa seja também sancionado, nos âmbitos administrativo e/ou civil, como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846/2013.

36. *Nem sempre o poder é utilizado de forma adequada pelos administradores. Como a atuação destes deve sujeitar-se aos parâmetros legais, a conduta abusiva não pode merecer aceitação no mundo jurídico, devendo ser corrigida na via administrativa ou judicial. A utilização do poder, portanto, deve guardar conformidade com o que a lei dispuser.*

(Adaptado de: CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 2018)

Com base no trecho acima e à luz dos poderes e deveres dos administradores públicos,

- (A) controle externo e interno dos atos administrativos constituem ferramentas adequadas juridicamente para o combate ao abuso de poder.
- (B) o dever dos administradores de sujeição dos seus atos aos parâmetros legais revela o caráter tipicamente discricionário destes.
- (C) o chamado desvio de poder refere-se a conduta praticada dentro dos limites da legalidade, quanto à finalidade de interesse público do ato, mas por pessoa não investida de poderes para tal.
- (D) o chamado excesso de poder consiste no exercício do poder de polícia para além dos limites definidos ordinariamente na lei, sendo tal conduta autorizada em hipóteses excepcionais de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- (E) os poderes administrativos são atribuições conferidas com exclusividade aos agentes políticos detentores de mandato eletivo e não se confundem com as prerrogativas de direito público conferidas juridicamente a todos os agentes públicos.

Noções de Direito Civil

37. Maria contratou serviços de uma empresa que iria fornecer almoço em sua festa de casamento e arcou com sua parte referente ao pagamento dos serviços contratados. No dia do evento, a empresa deixou de ir ao local e não prestou o serviço. Maria estava desesperada e acabou contratando o serviço de um restaurante na mesma rua do local da festa, que conseguiu atender seus convidados, embora com considerável atraso quanto ao horário previsto no convite. A empresa anteriormente contratada alegou que não houve culpa de sua parte, pois houve atraso de muitos de seus funcionários, de modo que não foi possível preparar a tempo a comida que seria servida no dia do casamento. Considerando o disposto no Código de Defesa do Consumidor, a empresa que deixou de prestar o serviço
- (A) responderá pelos danos causados se Maria comprovar que a empresa contratada foi negligente e ainda agiu de má-fé ao não avisar a tempo que não conseguiria prestar o serviço.
 - (B) responderá pelos prejuízos materiais suportados por Maria, mas não por eventuais danos morais, salvo se comprovada culpa *in eligendo* no que se refere aos seus funcionários.
 - (C) não será responsabilizada, pois o fato de ter sido contratado outro restaurante por Maria elide a ocorrência de dano.
 - (D) não responderá pela reparação dos danos causados, pois a não prestação do serviço ocorreu sem que houvesse culpa de sua parte.
 - (E) responderá, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados.



38. Sobre o domicílio, no Código Civil:

- (A) Nos contratos escritos, ainda que celebrados entre partes isonômicas, é vedado aos contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes, uma vez que se trata de questão de ordem pública.
- (B) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á seu domicílio aquela que primeiro foi adquirida.
- (C) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.
- (D) O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; e o do preso, o lugar em que habitualmente residia antes da prisão.
- (E) O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no local de onde partiu do território brasileiro.

39. Sobre os bens considerados em si mesmos, conforme previsão do Código Civil:

- (A) define-se como bens fungíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância.
- (B) são fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- (C) considera-se móvel para os efeitos legais o direito à sucessão aberta.
- (D) consideram-se imóveis para os efeitos legais as energias que tenham valor econômico.
- (E) os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis, mas não readquirem essa qualidade os provenientes da demolição de algum prédio.

40. Conforme a atual previsão do Código Civil, são classificadas como pessoas jurídicas de direito privado as sociedades, as associações, as organizações religiosas, as

- (A) fundações, os partidos políticos e os empreendimentos de economia solidária.
- (B) fundações, as autarquias e os empreendimentos de economia solidária.
- (C) fundações, as autarquias e os partidos políticos.
- (D) fundações, os partidos políticos e as associações públicas.
- (E) autarquias e as associações públicas.

41. Arceu e Larissa casaram-se no regime de comunhão parcial de bens. De acordo com este tipo de regime de bens, comunicam-se os bens que sobrevierem ao casal, na constância do casamento, sendo prevista, dentre outros, que se excluem da comunhão, conforme disposição do Código Civil:

- (A) as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge.
- (B) os bens adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges em sub-rogação dos bens particulares.
- (C) os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, desde que só em nome de um dos cônjuges.
- (D) os bens adquiridos por fato eventual, com ou sem o concurso de trabalho ou despesa anterior.
- (E) os bens adquiridos por doação, herança ou legado, em favor de ambos os cônjuges.

42. Sobre o contrato de compra e venda, segundo disposição do Código Civil é INCORRETO afirmar que

- (A) pelo contrato de compra e venda, uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra.
- (B) como regra geral, até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do vendedor, e os do preço por conta do comprador.
- (C) salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do comprador, e a cargo do vendedor as da tradição.
- (D) o vendedor não é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço, não sendo a venda a crédito.
- (E) é lícita a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão.

**Noções de Direito Processual Civil**

Atenção: Para responder às questões de números 43 a 48, considere o Código de Processo Civil (CPC).

43. No curso de determinado processo, um Tribunal de Justiça proferiu decisão monocrática em agravo de instrumento. Inconformada, a parte interpôs o recurso cabível para que a matéria fosse apreciada pelo órgão colegiado. Posteriormente, a parte opôs embargos de declaração contra o acórdão, sob alegação de omissão. Paralelamente, sustentou que a decisão do Tribunal contrariou entendimento firmado em repetitivo do Superior Tribunal de Justiça, pleiteando medida adequada para preservar a autoridade desse precedente. Logo,
- (A) a interposição de embargos de declaração impede automaticamente a utilização de qualquer outro meio de impugnação.
 - (B) a decisão monocrática em agravo de instrumento é irrecorrível, salvo por recurso especial.
 - (C) cabem embargos de declaração apenas contra sentença, não sendo admissíveis contra acórdãos.
 - (D) a reclamação pode ser proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada.
 - (E) o recurso cabível contra decisão monocrática proferida pelo relator é o agravo interno.
-
44. Em demanda proposta perante o Poder Judiciário, o magistrado, ao constatar ausência de pressuposto processual de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo envolvendo direito patrimonial disponível, extinguiu o feito sem resolução do mérito. Posteriormente, a parte autora ajuizou nova demanda idêntica à extinta. Na nova ação, o réu suscitou a existência de questão prejudicial externa já decidida em outro processo transitado em julgado. No curso da nova demanda, as partes convencionaram afastar a jurisdição estatal e instituir arbitragem.
- À luz das normas fundamentais do processo civil, da teoria geral do processo e do regime jurídico instituído pelo CPC 2015, a
- (A) cumulação de ações idênticas, em nova demanda, configura litispendência, ainda que o processo anterior tenha sido extinto sem resolução do mérito.
 - (B) ausência de pressuposto processual constitui vício sanável em qualquer hipótese, sendo vedada a extinção do processo sem resolução do mérito sem prévia intimação para emenda.
 - (C) existência de questão prejudicial já decidida em outro processo, ainda que não haja identidade de partes, impede a análise do mérito na nova demanda, em razão da coisa julgada material.
 - (D) convenção de arbitragem válida e regular, ainda que firmada no curso do processo judicial, autoriza a extinção do processo sem resolução do mérito, desde que verse sobre direitos patrimoniais disponíveis.
 - (E) extinção do processo sem resolução do mérito impede a repropositura da ação, em razão da ausência de formação válida da relação jurídica processual.
-
45. Em determinada ação de cobrança, o juiz, ao receber a petição inicial, verificou que o autor não juntou documento essencial à propositura da demanda. Diante disso, determinou a intimação da parte autora para que promovesse a emenda da petição inicial no prazo legal, sob pena de indeferimento. Neste caso,
- (A) a falta de documento essencial gera automaticamente a revelia do réu, caso não suprida.
 - (B) o autor deve emendar a petição inicial no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo com resolução do mérito.
 - (C) o autor deve emendar a petição inicial no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
 - (D) a ausência de documento essencial autoriza o indeferimento imediato da petição inicial, sem possibilidade de correção.
 - (E) a determinação de emenda só pode ocorrer após a apresentação da contestação pelo réu.
-
46. No curso de uma ação, o réu foi regularmente citado, mas deixou de apresentar contestação no prazo legal. Diante disso, o juiz determinou o prosseguimento do feito, com base nos elementos constantes dos autos, considerando os efeitos processuais decorrentes da inércia do réu. A citação válida:
- (A) dispensa a necessidade de intimações futuras, pois o réu já foi cientificado do processo.
 - (B) torna prevento o juízo, induz litispendência e constitui em mora o réu.
 - (C) apenas comunica ao réu a existência do processo, sem produzir outros efeitos jurídicos relevantes.
 - (D) impede a ocorrência de revelia, ainda que o réu não apresente contestação.
 - (E) suspende automaticamente o prazo para apresentação de defesa até nova intimação.
-
47. No curso de um processo de conhecimento, o juiz, ao examinar os autos após a fase postulatória, verificou que não há necessidade de produção de outras provas, pois o réu havia confessado, expressamente, os fatos constitutivos do direito do autor. Diante disso,
- (A) a audiência de instrução e julgamento é etapa obrigatória em todos os processos, independentemente da existência de provas suficientes.
 - (B) a confissão judicial não dispensa a produção de outras provas.
 - (C) o juiz deverá obrigatoriamente designar audiência de instrução e julgamento.
 - (D) a confissão é meio de prova que pode tornar desnecessária a instrução probatória, permitindo o julgamento conforme o estado do processo.
 - (E) os fatos confessados dependem de prova complementar para que possam ser considerados no julgamento do mérito.



48. Em ação de conhecimento, foi proferida sentença condenando o réu ao pagamento de quantia certa. Após o trânsito em julgado, o credor iniciou o cumprimento de sentença. Regularmente intimado, o devedor deixou de efetuar o pagamento voluntário no prazo legal. Posteriormente, apresentou impugnação ao cumprimento de sentença. Assim,
- (A) no cumprimento de sentença, não é admitida qualquer forma de defesa pelo executado.
 - (B) o não pagamento voluntário da obrigação no prazo legal acarreta a incidência de multa de 10% e honorários advocatícios de 10% sobre o débito.
 - (C) o cumprimento definitivo de sentença impede a prática de atos constritivos, como a penhora, enquanto pendente o julgamento da impugnação.
 - (D) a impugnação apresentada pelo devedor suspende automaticamente o andamento do cumprimento de sentença, independentemente de garantia do juízo.
 - (E) o prazo para pagamento voluntário da obrigação é de 5 dias, contados da intimação do devedor.

Noções de Direito Penal

49. Matheus foi casado com Rebeca por cerca de três anos, a qual decidiu pôr fim à relação por incompatibilidades insanáveis. Inconformado, Matheus, a pretexto de visitá-la para uma última conversa, após ter a entrada franqueada na residência de Rebeca, desferiu, na presença dela, cinco disparos de arma de fogo contra a criança C.K.F, filho de Rebeca, os quais causaram a morte do infante. O crime foi praticado com o fim específico de causar sofrimento a Rebeca. Nos termos do Código Penal, a conduta de Matheus enquadra-se no crime de
- (A) vicaricídio (art. 121-B, do CP), com pena de reclusão de 20 a 40 anos, não incidindo nenhuma causa de aumento de pena, mas apenas a agravante genérica de crime praticado contra criança (art. 61, I I, 'h', do CP).
 - (B) vicaricídio (art. 121-B, do CP), com pena de reclusão de 20 a 40 anos, aumentada de um terço até a metade por ter sido praticado na presença de Rebeca e contra criança (art. 121-B, parágrafo único, I e I I, do CP).
 - (C) vicaricídio (art. 121-B, do CP), com pena de reclusão de 20 a 40 anos, não incidindo nenhuma causa de aumento de pena.
 - (D) homicídio qualificado (art. 121, § 2º, do CP), com pena prevista de doze a trinta anos.
 - (E) infanticídio (art. 123 do CP), com pena de detenção de dois a seis anos.
50. João, funcionário público, solicitou ao empresário Thiago pedido de propina para não executar determinado ato de ofício que por lei estava obrigado a fazer. O pedido foi feito ao empresário discretamente pelo intermediário Pedro, amigo de João que não é funcionário público. Pedro e João combinaram que dividiriam o valor da propina. Thiago não aceitou o pedido e comunicou o fato à polícia. Nos termos do Código Penal,
- (A) João praticou o crime de corrupção passiva por ser funcionário público, e Pedro de tráfico de influência, por ser particular.
 - (B) apenas João praticou o crime de corrupção passiva consumado, que é crime próprio, podendo ser praticado apenas por funcionário público, não se comunicando as circunstâncias e as condições de caráter pessoal.
 - (C) João e Pedro praticaram o crime de corrupção passiva consumado.
 - (D) apenas João praticou o crime de corrupção passiva tentado, que é crime próprio, podendo ser praticado apenas por funcionário público, não se comunicando as circunstâncias e condições de caráter pessoal.
 - (E) João e Pedro praticaram o crime de corrupção passiva tentado.
51. Mário, nascido em 05/03/2000, praticou o delito de estelionato simples em 01/04/2020, com pena prevista de um a cinco anos, e multa. Relatado o inquérito policial, o Ministério Público ofereceu denúncia imputando-lhe a prática do delito do art. 171, *caput*, do Código Penal, a qual fora recebida em 06/07/2022. Regularmente processado, foi condenado à pena de um ano de reclusão e dez dias-multa, por sentença publicada em 09/06/2024, a qual transitou em julgado em 10/07/2024. Nos termos do Código Penal, no caso concreto, o prazo prescricional da pretensão punitiva estatal é de
- (A) dois anos e não se consumou.
 - (B) doze anos e não se consumou.
 - (C) dois anos e se consumou entre a data do fato e a do recebimento da denúncia.
 - (D) dois anos e se consumou entre a data do recebimento da denúncia e a do trânsito em julgado da sentença condenatória.
 - (E) quatro anos e não se consumou.
52. Marco, em 01/03/2026, em Fortaleza-CE, praticou crime de furto, tendo por objeto material cabos para fornecimento de energia elétrica, instalados em praça pública, avaliados em quantia inferior a de um salário mínimo federal vigente à época dos fatos, resultando, portanto, na interrupção do serviço no bairro alvo de sua ação. Nos termos do Código Penal, a conduta de Marco enquadra-se no crime de furto
- (A) simples (art. 155, *caput*, do CP), com pena de reclusão de um a quatro anos, e multa, sendo-lhe aplicável a forma privilegiada prevista no § 2º do art. 155 do Código Penal.
 - (B) simples (art. 155, *caput*, do CP), com pena de reclusão de um a seis anos, e multa, não lhe sendo aplicável a forma privilegiada prevista no § 2º do art. 155 do Código Penal.
 - (C) qualificado (art. 155, § 8º, do CP), com pena de reclusão de dois a oito anos, e multa, sendo-lhe aplicável a forma privilegiada prevista no § 2º do art. 155 do Código Penal.
 - (D) simples (art. 155, *caput*, do CP), com pena de reclusão de um a seis anos, e multa, sendo-lhe aplicável a forma privilegiada prevista no § 2º do art. 155 do Código Penal.
 - (E) qualificado (art. 155, § 8º, do CP), com pena de reclusão de dois a oito anos, e multa, não lhe sendo aplicável a forma privilegiada prevista no § 2º do art. 155 do Código Penal.



53. Patrícia está se preparando para prestar concurso para cargo de técnico judiciário de um Tribunal de Justiça e, observando que no edital consta como conteúdo programático a Lei nº 9.613/1998 e alterações, fez resumo do que estudou com diversos pontos, entre os quais:
- I. pode configurar crime antecedente dos delitos previstos na Lei nº 9.613/1998 apenas aqueles previstos em lei, quais sejam: tráfico de drogas, terrorismo, contrabando ou tráfico de armas, extorsão mediante sequestro, os crimes praticados por organização criminosa, contra a administração pública e sistema financeiro nacional.
 - II. os crimes previstos na Lei nº 9.613/1998 não admitem a tentativa.
 - III. o processo e julgamento dos crimes previstos na Lei nº 9.613/1998 independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes.
 - IV. a pena dos crimes previstos na Lei nº 9.613/1998 será aumentada de 1/3 a 2/3 se forem cometidos de forma reiterada, por intermédio de organização criminosa ou por meio da utilização de ativo virtual.

Nos termos da Lei nº 9.613/1998, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) I e II.
 - (E) II e IV.
-
54. Sérgio, delegado de polícia, e primário, cometeu o crime de abuso de autoridade tipificado no art. 10 da Lei nº 13.869/2019, decretando a condução coercitiva de investigado manifestamente descabida. Nos termos do art. 4º da Lei nº 13.869/2019, no caso concreto, são efeitos de eventual condenação tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime,
- (A) a perda do cargo, do mandato ou da função pública, não sendo o último automático, devendo ser declarado motivadamente na sentença.
 - (B) por ser Sérgio primário.
 - (C) a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 a 5 anos; a perda do cargo, do mandato ou da função pública, não sendo os dois últimos automáticos, devendo ser declarados motivadamente na sentença.
 - (D) a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 a 5 anos; a perda do cargo, do mandato ou da função pública, sendo todos estes efeitos automáticos.
 - (E) a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 a 5 anos, não sendo o último automático, devendo ser declarado motivadamente na sentença.

Noções de Direito Processual Penal

55. Mauro está sendo processado por crime de homicídio duplamente qualificado ocorrido na cidade de Caucaia-CE que vitimou Manoel, e após a regular instrução na primeira fase do procedimento de processos de competência do Tribunal do Júri, ele é pronunciado por sentença proferida pelo Magistrado competente, a fim de ser julgado pelo Tribunal do Júri da comarca de Caucaia. Na fase de preparação do processo para julgamento em plenário, o advogado de Mauro, Dr. Cordeiro, assim como o órgão do Ministério Público, serão intimados para, no prazo de cinco dias, juntar documentos e requerer diligência. Na mesma oportunidade, cada parte deverá apresentar o seu rol de testemunhas que irão depor em plenário, até o máximo de
- (A) 04.
 - (B) 06.
 - (C) 08.
 - (D) 03.
 - (E) 05.
-
56. Silvio foi denunciado pelo Ministério Público por crime de lesão corporal seguida de morte. Após o oferecimento da denúncia, o Magistrado competente recebe os autos e rejeita liminarmente a denúncia, por entender faltar justa causa para o exercício da ação penal. Nesse caso, nos termos do Código de Processo Penal e do entendimento Sumulado do Supremo Tribunal Federal, contra essa decisão o Ministério Público deverá interpor recurso
- (A) de apelação, que será remetido diretamente para análise do E. Tribunal de Justiça competente, não sendo o denunciado intimado para apresentar contrarrazões, uma vez que ele não foi ainda citado.
 - (B) em sentido estrito, devendo o denunciado ser obrigatoriamente intimado para apresentar contrarrazões ao recurso interposto sob pena de nulidade absoluta.
 - (C) em sentido estrito, que será remetido diretamente para análise do E. Tribunal de Justiça competente, não sendo o denunciado intimado para apresentar contrarrazões uma vez que ele não foi ainda citado.
 - (D) em sentido estrito, sendo facultativa a intimação do denunciado para apresentar contrarrazões ao recurso interposto.
 - (E) de apelação, devendo o denunciado ser obrigatoriamente intimado para apresentar contrarrazões ao recurso interposto sob pena de nulidade absoluta.



57. Xisto é Magistrado em uma comarca no Estado do Ceará e designou uma sessão plenária do Tribunal do Júri para julgamento de um crime de homicídio ocorrido na comarca. Além do Juiz Togado, que é seu presidente, o Tribunal do Júri é composto por 25 jurados que serão sorteados dentre os alistados, 7 dos quais constituirão o Conselho de Sentença. No dia marcado para a sessão, para o Magistrado Xisto dar início ao plenário, deverão comparecer, pelo menos,
- (A) 20 jurados, podendo cada parte recusar, sem motivação, até 4 dos jurados sorteados para compor o Conselho de Sentença.
 - (B) 15 jurados, podendo cada parte recusar, sem motivação, até 3 dos jurados sorteados para compor o Conselho de Sentença.
 - (C) 20 jurados, podendo cada parte recusar, sem motivação, até 3 dos jurados sorteados para compor o Conselho de Sentença.
 - (D) 15 jurados, podendo cada parte recusar, sem motivação, até 5 dos jurados sorteados para compor o Conselho de Sentença.
 - (E) 20 jurados, podendo cada parte recusar, sem motivação, até 5 dos jurados sorteados para compor o Conselho de Sentença.
-
58. Raimundo, por meio do seu advogado, ajuizou ação penal privada contra a vizinha Ludmila, imputando-lhe crime de dano simples, após esta, em um momento de fúria, danificar o seu carro com um pedaço de madeira. Oferecida a queixa e recebida esta pelo juízo competente, Raimundo acaba falecendo após um acidente automobilístico durante o trâmite da ação penal. Raimundo é casado com Marta, tendo um filho com esta de nome Moisés, com 21 anos de idade. A genitora de Raimundo, Soraia, ainda é viva, contando com 69 anos de idade. E Raimundo ainda tem um irmão, chamado Paulo, que tem 48 anos de idade. No caso hipotético apresentado, com a morte de Raimundo, o direito de prosseguir na ação penal privada, passará, sucessivamente, para
- (A) Soraia, Moisés, Paulo e Marta.
 - (B) Marta, Moisés, Soraia e Paulo.
 - (C) Moisés, Marta, Soraia e Paulo.
 - (D) Marta, Soraia, Moisés e Paulo.
 - (E) Moisés, Soraia, Marta e Paulo.
-
59. Isaura está sendo investigada pelo crime de estelionato, após entrar em contato com a vítima Juliana, simulando ser a sua filha, alegando estar precisando de dinheiro para pagar uma despesa urgente de mecânico em uma rodovia no Estado do Ceará. Após a conclusão do Inquérito Policial, os autos são remetidos ao Ministério Público que, após checar que a investigada é absolutamente primária, preenchidos os demais requisitos legais, propõe a ela acordo de não persecução penal, designando data para a sua formalização. Na data agendada, a investigada comparece com seu advogado e aceita o benefício proposto pelo Parquet. Contudo, ao receber os autos, o Magistrado competente recusa a homologação do ANPP, por entender que a proposta não atende aos requisitos legais. Nesse caso, nos termos preconizados pelo Código de Processo Penal, Isaura, inconformada, poderá interpor
- (A) recurso em sentido estrito, no prazo de 5 dias.
 - (B) correição parcial, no prazo de 5 dias.
 - (C) recurso de apelação, no prazo de 5 dias.
 - (D) recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias.
 - (E) recurso de apelação, no prazo de 10 dias.
-
60. Sobre o Juiz das Garantias, na esteira do Código de Processo Penal,
- (A) se o investigado estiver preso, o juiz das garantias poderá, mediante representação da autoridade policial e ouvido o Ministério Público, prorrogar, uma única vez, a duração do inquérito por até 05 dias, após o que, se ainda assim a investigação não for concluída, a prisão será imediatamente relaxada.
 - (B) recebida a denúncia ou queixa, caberá ao juiz das garantias decidir as questões pendentes.
 - (C) a competência do juiz das garantias abrange todas as infrações, penais, inclusive as de menor potencial ofensivo, cessando com o recebimento da denúncia ou queixa.
 - (D) as decisões proferidas pelo juiz das garantias não vinculam o juiz da instrução e julgamento, que, após o recebimento da denúncia ou queixa, deverá reexaminar a necessidade das medidas cautelares em curso, no prazo máximo de 10 dias.
 - (E) nas comarcas em que funcionar apenas um juiz, este será o juiz das garantias, bem como da instrução e julgamento.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo 12: item 12.3 Na **Prova Discursiva-Redação** o candidato deve produzir um texto dissertativo-argumentativo autoral, coeso e coerente, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, a partir de proposta única sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. [...] 12.9 Na **Prova Discursiva-Redação**, a folha para rascunho no caderno de provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 12.10 Na **Prova Discursiva-Redação**, deverá ser rigorosamente observado o limite mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova Discursiva-Redação.

TEXTO I

Robotize-se e comprove que não é um robô

O celular vibra no criado-mudo às 6h50. Durante a noite, quatro corporações, dois serviços de entrega, uma rede de farmácias, seus chefes e o gerente virtual do banco queriam saber se está a postos para participar da sociedade.

Diga quantos ônibus aparecem nas imagens e comprove que não é um robô.

Não se pergunte aonde vão os ônibus, quem os espera no ponto, se alguém cochila dentro deles. A realidade é um captcha¹ sem sentido. Robotize-se e comprove que não é um robô.

Não use Caps Lock. Evite responder a todos. Seja claro.

Quem demora a responder é desorganizado, desinteressado, pouco profissional. A etiqueta, que estruturava a civilidade, foi absorvida pela lógica do desempenho eficaz. Da padronização das mercadorias passou-se à dos comportamentos, cancelando a espontaneidade. Você vale pelo que entrega, e tem de entregar rápido.

(Adaptado de: CONTI, Mario Sergio. **Folha de São Paulo**. 29/05/2026)

¹ Captchas: testes usados digitalmente para distinguir humanos de robôs.

TEXTO II

Considerada uma competência cognitiva, a criatividade é muitas vezes o atributo daquilo que rompe com as expectativas de forma a revelar um novo caminho.

(Disponível em: timesbrasil.com.br. Adaptado)

Relacionando as ideias presentes nos **Textos I e II**, escreva um texto dissertativo-argumentativo, posicionando-se a respeito do tema:

A “lógica do desempenho” favorece a criatividade?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	



17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO EScreva Neste Espaço